

O PAPEL DO PROFESSOR NA AVALIAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA: CASO DE ESCOLAS X E Y

THE ROLE OF THE TEACHER IN THE SCHOOL ASSESSMENT OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: CASE OF A SCHOOLS X AND Y

Júlia Alfredo Adriano Rapce
jg.juliagracinda@gmail.com.mz

Lino Marques Samuel, Ph.D
lsamuel@ucm.ac.mz

Resumo

A temática do TEA é bastante debruçado nos últimos anos, tem sido um grande desafio no meio escola e social, considerando que é uma anomalia no funcionamento cerebral que afeta o desenvolvimento, caracterizada por comportamentos repetitivos, restritivo, dificuldades de comunicação e interação social, linguagem e entre outras várias características. Em contexto moçambicano, o TEA é pouco conhecido, atender crianças com TEA tornou-se grande desafio dos professores, principalmente na avaliação. Importa lembrar que o tema em questão, debruça acerca do Papel do professor na avaliação escolar dos alunos com Transtorno Espectro Autista: Caso de uma Escola X e Y, com intuito de compreender o papel do professor na avaliação escolar nos alunos com TEA, no que cerne a metodologia, foi feita uma pesquisa exploratória-descritiva, usando as técnicas e instrumentos de recolha de dados a entrevistas e a observação, e como objeto de estudo foi feito um estudo de caso. Contudo, resultados mostram que professores apresentam grandes desafios no ensino e avaliação de crianças com TEA por não usufruírem formação contínua em matéria de NEE, grande parte deles levam a criança a se adaptarem ao programa curricular da escola, apresentam dificuldades no uso de estratégias de ensino e avaliação e métodos ativos que se adequa com características de cada crianças, de forma personalizada, estimuladora, dinâmica, transformadora e inclusiva. Portanto, é o papel do professor no ensino e avaliação de alunos com TEA, despertar o prazer educativo, desenvolver nos alunos competências nas áreas afetadas por via de estratégias e adaptações curriculares com práxis inclusivas.

Palavras-chave: Transtorno Espectro Autista, Papel do professor, Avaliação Escolar.

Abstract:

The topic of ASD has been discussed a lot in recent years, it has been a major challenge in the school and social environment, considering that it is an anomaly in brain functioning that affects development, characterized by repetitive, restrictive behaviors, difficulties in communication and social interaction, language and other

various characteristics. In the Mozambican context, ASD is little known, caring for children with ASD has become a major challenge for teachers, especially in assessment. It is important to remember that the topic in question focuses on the role of the teacher in the school assessment of students with Autism Spectrum Disorder: Case of a Schools X and Y, results show that teachers present great challenges in teaching and evaluating children with ASD because they do not benefit from continuous training in SEN matters, most of them lead the child to adapt to the school's curriculum program, they present difficulties in the use of teaching and evaluation strategies and active methods that adapt to the characteristics of each child, in a personalized, stimulating, dynamic, transformative and inclusive way. Therefore, it is the teacher's role in teaching and evaluating students with ASD, to awaken educational pleasure, to develop students' skills in the affected areas through strategies and curricular adaptations with inclusive praxis.

Keywords: Autism Spectrum Disorder, Role of the teacher, School Assessment.

Introdução

Nos tempos atuais é notória a presença de inúmeras crianças com TEA no ambiente escolar, havendo a necessidade de serem entendidas e atendidas pela escola de acordo com as suas especificidades. Ao abordar esta temática no contexto escolar, são levantadas várias questões relacionadas a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças com TEA e nas áreas em que foram afetadas. Atualmente, o índice de crianças com TEA nas escolas é maior e o grande desafio de garantir uma educação inclusiva e com qualidade tem recaído sobretudo aos professores, pois, os professores têm tido um papel preponderante no que diz respeito ao ensino e avaliação de crianças que apresentam TEA, razão pela qual ele deve estar preparado para atender a demanda destes alunos intervindo nas situações atuais e prevenindo de situações vindouras. O seu papel no ensino e avaliação de crianças que apresentam TEA é primordial, pois, ele deve se reinventar nas suas práticas pedagógicas, desde a formação contínua, adaptação curricular, uso de métodos e recursos adequados tornando o ensino como algo inspirador, comunicativo, transformador e inclusivo para alunos com TEA, e capaz de detectar e sanar qualquer que seja a anomalia, dificuldade ou necessidade que os alunos apresentam em prol do desenvolvimento acadêmico e social.

Enquadramento teórico

Educação inclusiva

Segundo Cool, Marchesi e Palácios (2007), a educação inclusiva passou por vários momentos históricos no séc. XX por alguns movimentos socialistas, na qual pretendiam promover uma igualdade social de todos os cidadãos sem a discriminação e qualquer acto de exclusão social dos mesmos, neste sentido, inculcou-se no sistema educativo regular formas de simplificação e facilitação dos alunos que apresentam alguma deficiência e de que de certa maneira dificultava o seu ensino.

Estes movimentos socialistas levantaram grande reflexão no que diz respeito ao sistema educativo fazendo com que haja uma reestruturação que culminou com um olhar inclusivo e interativo nos alunos com deficiência no ambiente escolar, fazendo com que a própria escola se encarregasse do problema de aprendizagem dos alunos. MEPT (2022), salienta que é pertinente saber que sempre foi uma temática bastante alarmante na sociedade, pois, requer a percepção das diversidades humanas.

Entretanto, eram estabelecidas os padrões e princípios sociais, em que a transgressão destes padrões estipulados pela sociedade culminava com a exclusão, separação, morte destas pessoas e até mesmo serem considerados de folclóricos. Dito isto, a educação inclusiva vem quebrar este fenômeno, colocando todos num só lugar, isto é, independentemente a pessoa apresentar deficiência ou não, tem o direito de conviver no mesmo espaço social e educacional, sem a exclusão e segregação em salas de aulas, promovendo a participação de ambos no processo de ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva, Cool, Marchesi e Palácios (2007), frisam que:

O conceito de escolas inclusivas supõe uma maneira mais radical de entender a resposta educativa à diversidade dos alunos e baseia-se fundamentalmente na defesa de seus direitos à integração e na necessidade de promover uma profunda reforma das escolas, que torne possível uma educação de qualidade para todos eles, sem nenhum tipo de exclusão (p.15).

A escola inclusiva é uma forma de integrar os alunos com deficiência em escola regulares e atender de forma individualizada as necessidades de cada um destes alunos, proporcionando meios menos restritivos no seu ensino-aprendizagem, instigando a escola a fazer uma reforma curricular para o efeito e para o ensino de qualidade de acordo com o ritmo de aprendizagem de cada um e as suas especificidades. Para Correia (2010), a inclusão escolar tem uma grande pertinência no processo de ensino-aprendizagem, pois, não só respeita as particularidades e dificuldades dos alunos mas também leva em consideração o meio onde cada uma destas crianças se socializa.

Necessidades Educativas Especiais

Falar das Necessidades Educativas Especiais ou simplesmente NEE, estar-se-á falar dos problemas que as crianças, jovens e adultos apresentam no período de escolarização, podendo ser eles problemas ligeiros ou severos que interferem na aprendizagem necessitando um atendimento especializado. De acordo com Cool, Marchesi e Palácios (2007), a questão das Necessidades Educativas Especiais passou a ser usada nos anos 60 não sendo suficientemente capaz de quebrar a filosofia da educação especial, e o uso do termo NEE:

Reflete o fato de que os alunos com deficiência ou com dificuldades significativas de aprendizagem podem apresentar necessidades educativas de gravidades distintas em diferentes momentos. O conceito de necessidades

educativas especiais e a ênfase na importância de que a escola se adapte à diversidade de seus alunos foi expressão dessas novas realidades (p.19).

Os autores acima referenciados frisam que a o termo de NEE designados as crianças, jovens e adultos em idade escolar apresentam, é uma observação das várias dificuldades que os alunos mostram durante o ensino-aprendizagem, chamando atenção as adaptações que as escolas implementam para atender e responder às necessidades de cada um dos alunos tem sido uma temática nos tempos e os factos actuais.

MEPT (2022), por um lado afirma que as Necessidades Especiais são "conjunto de fatores de risco, de ordem intelectual, emocional e física que podem afetar a capacidade de um indivíduo em atingir o seu potencial máximo" (p.7), isto é, o termo necessidade especial é referida aos problemas intelectuais, físicas, motoras que dificultam a pessoa em alcançar as suas capacidades, e por outro lado, afirma que é considerada "criança com necessidades especiais, como sendo aquela com uma falta ou uma restrição de capacidades para executar actividades, tarefas, habilidades e comportamentos na forma considerada normal para a maioria dos seres humanos", em outras palavras, considera-se criança com necessidades especiais aquela que por ventura apresentar uma limitação efetuar tarefas, aptidões, capacidades e atitudes consideradas de maneiras habitual socialmente. Nesta perspectiva, UNESCO (1994, cit. em Cardoso, 2011, p.15)

As crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro dessas necessidades. As escolas regulares, segundo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, constituindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos, (p.15).

Contudo, as crianças que apresentam alguma deficiência ou alguma necessidade educativa especial deve ser colocada em escolas regulares e serem atendidas as suas necessidades de acordo com as suas peculiaridades, e é dever das escolas adaptar-se as crianças e não o contrário, trazendo meios menos restritivos possíveis capazes de atender a demanda de todos os alunos e promover a inclusão com vista a educação para todos.

Classificação das Necessidades Educativas Especiais

Para Martins, Cool, Marchesi e Palácios (2007), Correia (2010) e Chirindza e Cuamba (2018), são várias as Necessidades Educativas Especiais que as crianças, jovens e adultos podem apresentar no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, podendo ser classificadas em 2 grupos principais, as NEE permanentes cujo exigências curriculares são ajustadas voltadas aos alunos com NEE, adaptando a escola às características individuais dos alunos, podendo manter-

se na sua maioria no decorrer do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, e as NEE temporárias cujo ajustes curriculares são parciais na sua adaptação, fazendo com que a escola se adapte aos alunos de acordo com as suas características num determinado período do processo de ensino-aprendizagem.

Para MEPT (2022), as necessidades educativas especiais permanentes são aquelas que cuja origem incide na disfunção de neuro desenvolvimento, física, intelectual, social, económica, sensorial, cognitivos, emocionais, motoras, comunicacionais e entre outras disfunções que afetam a saúde de uma criança, jovem ou adulto, exigindo modificações curriculares que favoreçam o ensino-aprendizagem destes alunos com vista o desenvolvimento e progresso pedagógico e as NEE temporárias toda deficiência passageira ou provisórias que as crianças, jovens e adultos apresentam no processo de ensino-aprendizagem, podendo esta deficiência ter um tempo máximo de atuação num intervalo igual ou superior a seis meses, podendo impossibilitar a pessoa retornar o seu estado normal se haver uma negligência ou associação de várias deficiências não tratadas, impactando negativamente o PEA dos alunos.

Documentos normativos

No contexto internacional, de acordo com a questão das Necessidades Especiais, NEE e Inclusão Escolar das crianças com deficiência, é regida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada no dia 10 de Dezembro de 1948, legitimando que todos os países devem "ter em mente a declaração e deve fazer esforço para que a partir do ensino e da educação se promova o respeito, a liberdade, dignidade, fraternidade sem que haja distinção a todos níveis quer social, económico, político, raça, etnia, identidade", seguida pela Declaração de Jomtien presidida pelas Nações da Tailândia em Jomtien no dia 6 de Março de 1990, enfatizando que há bastantes indivíduo que não fazem parte do sistema educativo "por isso houve a necessidade de relembrar o objectivo último da declaração mundial sobre a educação para todos que é de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos", e por fim a declaração de Salamanca que decorreu em 1994 em Salamanca na Espanha que proclama Educação Para Todos.

Os três instrumentos normativos internacionais defendem a educação para todos, enfatizando que o sistema educativo deve incluir todas crianças no ambiente escolar e com as mesmas oportunidades, sem olhar pela raça, cor, etnia, cultura, características, economia, deficiência, dificuldades das crianças em idade escolar, pois, elas por natureza apresentam características, capacidades, habilidades, interesses e ritmo de aprendizagem totalmente diferenciadas uma das outras, devendo as escolas incluírem e se adaptarem as crianças e não o contrário com intuito de promover uma educação inclusiva, emancipadora e progressiva com conhecimentos significativos.

No que concerne ao contexto nacional, MEPT (2022), refere que as NEE e a Inclusão escolar de alunos com Deficiência é regida pela constituição da República de Moçambique no seu art.º 35 e 37 fortalecendo que todas as crianças têm o direito a educação, e no seu art.º 125 afirma que as crianças deficientes gozam os direitos e é dever da família, a sociedade e o Estado proteger a criança, sendo da responsabilidade do Estado criar condições adequados e essenciais para o desenvolvimento, promover "a criação de condições necessárias para a integração económica e social dos cidadãos portadores de deficiência.

O Estado encoraja a criação de associações de portadores de deficiência", entretanto, uma outra raiz de concepção que defende as NEE e a inclusão escolar de alunos com deficiência no âmbito nacional é a Estratégia de Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência (EEIDCD) criada no dia 3 de Dezembro de 2021 com intuito de "garantir a implementação de ações de educação inclusiva, aumentar o acesso e a retenção de crianças com deficiência e ou necessidades educativas especiais no sistema educativo" (p.15-16), isto é, o Estado promove uma educação inclusiva e para todos, condicionando o ensino e aprendizagem de crianças com deficiência e protegendo os seus direitos humanos, familiar e social, e EEIDCD garantem a execução das práticas educativas inclusivas, promovendo o acesso de crianças com deficiência e com NEE na escola.

A Lei 18/2018 art.18 do SNE em Moçambique, defende a educação e a inclusão escolar de todas as crianças com deficiências físicas, motoras, cognitivas, emocionais e entre outras NEE em todos subsistemas do SNE, garantindo serviços de atendimento e apoio pedagógicos nas escolas com vista a promoção das suas capacidades e competências de forma individualizada.

Transtorno de espectro autista

Negreiros (2022, cit. em Vasconcelos, Freires, Gomes, Carvalho et al, 2023, p.4), salienta que "é importante lembrar que cada pessoa com TEA é única, ou seja, possuem habilidades, talentos e singularidades, em que, são importantes serem valorizadas e reconhecidas, proporcionando-lhes assim, oportunidades para desenvolvê-las e alcançar seu pleno potencial", quer com isto dizer, não se pode atribuir o mesmo atendimento e acompanhamento para todas crianças que apresentem essas alterações no funcionamento cerebral e no seu desenvolvimento, pois, cada criança autista é uma criança, com habilidades, potencialidades, dificuldades e comportamentos totalmente peculiares, não se podendo em momento algum serem associadas uma criança da outra pelo simples factos de apresentarem o mesmo tipo de transtorno. Para o alcance da sua potencialidade, dever-se-á usar intervenções e estratégias totalmente diferenciadas, de acordo com a necessidade de cada criança. Jesus (2019) afirma que:

O autismo pode ser considerado uma síndrome comportamental que acarreta problemas no desenvolvimento, seus sintomas podem aparecer antes dos três anos de idade acometendo numa incidência maior nos indivíduos do sexo masculino. O autismo é um transtorno integral do desenvolvimento que envolve um acentuado déficit na interação social e comunicação, além de abarcar um leque limitado de ações e interesses, alterando suas características de acordo com a idade cronológica e desenvolvimento do sujeito (p. 84).

O TEA é uma condição de neuro desenvolvimento que afeta o funcionamento cerebral principalmente nas áreas cognitivas, de comunicação, fala, interação social, a forma pela qual interagem, processam informações e entendem os significados das coisas e na sua forma de relacionar-se um com os outros, portanto, o autismo é caracterizado por apresentar comportamentos limitativos e repetitivos, alta sensibilidade sensorial e auditiva em especial em crianças do sexo masculino de acordo com sua idade temporal.

APA (2014), conceitua os transtornos do neuro desenvolvimento como sendo condições com início no período do desenvolvimento. Os transtornos tipicamente se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficit no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional, em outras palavras, são chamados de transtornos de neuro desenvolvimento, todas as alterações funcionais do cérebro, não só os transtornos de espectro autista, mas também outros transtornos que a sua alteração cerebral afete o seu funcionamento e desenvolvimento, a título de exemplo esta os transtornos de Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

No entanto, Paula e Peixoto (2019), frisam que essas condições são apresentadas no início de desenvolvimento da criança e por vezes podem não ser percebidos, mas geralmente os sintomas e características já apresentam o início da sua vida. Sob mesmo ponto de vista, Cool, Marchesi e Palácios (2007), reforçando a ideia inicial, salienta que são várias as características de uma criança com TEA, dentre elas dificuldades de interpretação e compreensão das informações, transtorno de comunicação, de linguagem, ansiedade, TDAH, mudanças de humor, sensibilidade auditiva, visual, afectiva, incapacidade comunicativa, irritabilidade e entre outras, entretanto, de acordo com o autor acima citado, essas características constantes podem não ser um padrão para diagnosticar que a criança apresenta um transtorno de espectro autismo.

Estratégias de ensino para alunos com TEA

Silvério, Santos, Sewaybricker, Santos, et al (2024), afirmam que as estratégias de ensino para alunos com TEA incide no progresso cognitivo e social na qual os recursos e o programa curricular são ajustados com intuito de atender e responder

as necessidades individuais de cada aluno com TEA em sala de aula, visto que são bastantes imprescindíveis para promover um ensino inclusivo com vista o progresso e obtenção das competências e capacidades pedagógicas.

Entretanto, para desenvolver capacidades cognitivas dos alunos com TEA, os usos de recursos visuais podem ajudar no entendimento e na execução das actividades de sala de aulas, e para desenvolver capacidades sociais o uso de actividades de grupo em sala de aulas ou fora da sala de aulas são essenciais. Sob o mesmo ponto de vista, MEPT (2022) e Caldeira e Alves (2024) salientam que crianças com TEA na sua maioria por não apresentar capacidades sociais na interação pode afastar a criança no ambiente escolar, devendo o professor de antemão conhecer as áreas afetadas pela disfunção do TEA e analisar de que maneiras essas áreas podem afetar negativamente o seu ensino.

Cabe ao professor demonstrar atitudes inclusivos no âmbito escolar, traçando estratégias que estimulem a criança na aprendizagem, criando uma sala de aulas falante, interativa, dinâmica e inclusiva por meio de ilustrações, ambiente colorido, chamativo e estimulador para instigar a criança na participação ativa individual ou em grupo, sensibilização de ambientes interativos na sala e no recinto escolar, manter uma relação afetiva entre professor-aluno e aluno-aluno, plano de aula inclusivo.

Diante disto, Martins, Chirindza e Cuamba (2018), afirma que "é o professor que, através da observação sistemática, deve identificar as necessidades educativas especiais que os alunos possam ter, recorrendo a professores treinados para uma análise mais aprofundada, em caso de necessidade" (p.190), em outras palavras, é da responsabilidade do professor identificar as principais dificuldades e necessidades que os alunos apresentam por via de um diagnóstico prévio com auxílio de um profissional com vista uma intervenção adequada.

Pereira, Seco, Filipe e Alves (2021), frisam que uma das estratégia de ensino para crianças com TEA é preservar a rotina de sala de aulas, pois, mudanças drásticas de rotina cria desinteresse nos alunos, estimulara participação ativa em actividades de sala de aulas, formações contínuas dos professores na matéria de NEE, usar uma linguagem clara e precisa, usar estratégias diversificadas, porém, adequadas para cada aluno com TEA, explorar ao máximo as suas capacidades e habilidades e conhecimento de acordo com seu ritmo por via de métodos e estratégias de ensino e avaliação adequado.

As estratégias de ensino nos aluno com TEA tornam-se eficaz na sua prática na medida em que são envolvidas toda a comunidade académica, desde a adaptação curricular, a formação dos professores em matéria de psicopedagogia, adequação dos métodos e meios didácticos, o ambiente educativo e cultural, a participação dos pais e encarregados de educação, terapeutas, psicólogos educacionais e entre

outros especialistas, pois, a estratégia de ensino com vista a inclusão não são meramente demarcadas ao envolvimento da sala de aulas.

Estratégias de avaliação para alunos com TEA

Avaliar é fazer um balanço qualitativo e quantitativo daquilo que nós sabemos ou não sobre um determinado assunto, neste caso sobre a matéria lecionada em sala de aula. No entanto, Roveda e Schmidt (2025), frisam que:

A avaliação educacional é a forma capaz de definir as condições de aprendizagem do aluno e sua relação com o ensino. Sendo assim, deve ter o mesmo objetivo para alunos com ou sem deficiência. Na escola ela acontece e é necessária, especificamente por ser intencional e sistemática, ou seja, a avaliação na escola é o norte do trabalho de organização e planejamento pedagógico. A prática escolar é vista como um mecanismo que visa à conservação e reprodução da sociedade, refletir sobre os processos avaliativos é pensar em como os alunos ainda são selecionados e classificados enquanto deveria ser considerada a heterogeneidade dos alunos. Sendo assim, a prática da avaliação escolar deve considerar o processo de ensino e aprendizagem do aluno e não apenas o resultado desse aprendizado (p. 3).

Se embasando nas ideologias do autor acima supracitado, a avaliação é um instrumento de verificação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos tal como a dos professores, porém, dando maior ênfase aos alunos no seu desempenho escolar, em virtude disto ficou claro que, a avaliação envolve muito mais que simplesmente fazer um juízo qualitativo e quantitativo dos alunos, visto que não basta avaliar para obter melhores resultados, é preciso fazer um acompanhamento dos mesmos, olhando pelo que está sendo feito e pelo que poderá ser feito para a melhoria da qualidade da aprendizagem, no entanto, a avaliação realça a relação do professor para com seus alunos dentro de sala de aulas, ela deve ser intrínseca ao processo pedagógico.

Para Paula e Teixeira (2019):

Quando uma criança chega na idade escolar, inicia-se a procura por uma instituição que melhor o acolha, que possa desenvolver seus potenciais, e que lhe dê condições na qualidade de ensino. Com crianças com autismo, esses comportamentos dos cuidadores não diferem. Mas, há muitas escolas que ainda não estão preparadas estruturalmente e pedagogicamente para aceita-las (p.36)

Muitas são as escolas que não apresentam uma estrutura pedagógica apropriada para atender a demanda das crianças que apresentam alguma necessidade educativa especial, em particular o transtorno de espectro autista, sem contar que muitos professores não conseguem identificar crianças com TEA.

Silva, Nunes e Sobral (2019), salientam que no ensino e na avaliação de crianças autista, é necessário a intervenção de vários profissionais, desde os profissionais da

educação até aos clínicos, e sem se esquecer da participação e colaboração da família. A interação desses profissionais de saúde e educação assim como a família é imprescindível para a avaliação de crianças autistas.

Os professores que lecionam crianças autistas, para o seu ensino e a sua avaliação devem de antemão analisar e verificar quais são os materiais didáticos que geram mais interesse nas crianças, entender o seu raciocínio lógico e quais dos jogos ou atividades lúdicas nas quais elas mais gostam, entender o nível de interesse da aprendizagem dos mesmos e só depois traçar e organizar tarefas que impulsionem a aprendizagem e o seu desenvolvimento cognitivo.

O autista precisa e necessita de bastante atenção na sua interação social, educativo e em todas suas áreas que apresenta alguma dificuldade, visto que eles apresentam um desenvolvimento muito lento, desde a aprendizagem a comunicação, a aprendizagem é por via de aprendizagem por observação e repetição.

Martins, Chirindza e Cuamba (2018), ressalta que:

A avaliação deve permitir identificar quais são as necessidades educativas do aluno e o seu grau de especificidade, definindo elementos tais como o tipo e grau de especificidade das adaptações curriculares que será necessário estabelecer, em relação a determinado (s) aluno(s) e os meios de acesso ao currículo necessários. Um diagnóstico bem realizado permitiria ao aluno com NEE ser acompanhado pelo professor, efectivando-se, assim, o princípio de Educação Inclusiva. A avaliação baseada no princípio de Educação Inclusiva incide em outros aspectos globais, tais como: o afecto, a relação interpessoal e social, permitindo a formulação de uma acção educativa adequada. O currículo deve ter em conta as crianças cognitivamente diferentes (p.190).

Na elaboração de uma avaliação deve-se considerar o nível das dificuldades e problemas de aprendizagem dos alunos e a flexibilização do currículo mediante essas dificuldades dos alunos. O fornecimento de um diagnóstico referentes as dificuldades dos alunos aos professores por um terapeuta, permite o acompanhamento e um currículo adaptado e inclusivo dos alunos.

É o papel do professor por via de uma avaliação diagnóstica, identificar as principais necessidades educativas especiais de cada aluno para proceder na escolha de estratégias de ensino e avaliação, meios e instrumentos de avaliação para cada tipo de dificuldade previamente identificadas. O currículo deve se ajustar as dificuldade e as características dos alunos presentes em sala de aulas enfatizando as práticas inclusivas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TEA.

Metodologias

A pesquisa é exploratória-descritiva que no ponto de vista de Marconi e Lakatos (2017), é a descrição de fenómenos dando uma significação com enfoque ao mundo real e o sujeito da pesquisa. Quanto as técnicas e instrumentos de recolha de dados, optou-se por um lado uma entrevista semiestruturada que é uma técnica de recolha

de informações que consiste em uma diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, com intuito de que o entrevistador adquira informações acerca de um fenômeno através do entrevistado seguindo um guião previamente estruturado assim como Silvestre e Araújo (2012).

E por outro lado foram feitas observações que consiste em colher dados de fenômenos que pretende-se estudar, ela ajuda ao pesquisador reconhecer e colher informações em que a pessoa não tem em sua consciência, mas, no entanto, que regem o seu comportamento, Marconi e Lakatos (2018). Quanto ao objecto de estudo, optou-se por um estudo de caso que de acordo com Afonso (2014), é uma técnica de recolha de dados em que o objectivo principal é de representar um caso específico e centralizar o objeto de estudo em questão.

Resultados da pesquisa

Mediante os resultados, em relação as estratégias de ensino mais eficazes para trabalhar com crianças com TEA, os gestores pedagógicos das escolas X e Y, convergem as ideias ao afirmarem que têm usado a diferenciação pedagógica no ensino-aprendizagem destas crianças, Px1 acrescenta que de antemão é necessário identificar a maneira pela qual os alunos com TEA aprendem e usando meios curriculares como desenho, rabiscos, tracejados e entre outros meios curriculares. GPy em convergência com Px2 e Px3 destacam que não fazem a distinção e separação dos alunos, e enfatizam a inclusão dos mesmos para que eles não se sintam excluídos no ambiente escolar, devendo os professores se aproximar dos alunos em prol da colha de informações necessárias, para que haja interação entre o professor e os pais dos alunos sendo esta a outra luz das estratégias de ensino, na medida que irão trabalhar juntos, respeitando o ritmo de aprendizagem dos alunos e evitar fazer mudança repentinas de professores, neste contexto, os professores têm grande preponderância no ensino de crianças com TEA tendo em vista o progresso e de competências no ensino-aprendizagem dos mesmos.

Em contrapartida, Py1 afirma que a estratégia que favorece o ensino destas crianças é a exploração de conhecimentos dos mesmos. Referente aos instrumentos avaliativos adequados para alunos com TEA GPx afirma que a observação é o instrumento avaliativo mais adequado e eficaz, partindo do princípio que os autistas são chamados a atenção pelas coisas visuais, e por outro lado, o GPy afirma que os testes orais são mais adequados para alunos com TEA de acordo com os seu nível e ritmo de aprendizagem, apelando pela identificação da melhor metodologia para avaliar a estes alunos, no entanto, não são todos os alunos com TEA que são introvertidos e que não conseguem manter uma comunicação e escrever, porém, existe um grupo de alunos com TEA que são melhores expressando-se do que escrevendo.

É neste contexto que Px1 enfatiza que como estratégias de avaliação tem usado a interação e participação ativa destes alunos durante a avaliação e como instrumentos de avaliação que tem usado para analisar o desempenho de alunos com TEA em sala de aulas são o uso de material ilustrativos como papeis, desenhos e até mesmo o próprio quadro preto na qual a criança poderá ser avaliada o seu desenvolvimento e competências cognitivas, sob o mesmo ponto de vista do Px1, Px2, Px3 e Py1, salientam que as provas orais e escritas podem ser um instrumento avaliativo para analisar o desempenho destes alunos, enfatizando também o uso de material ilustrativos, uso de desenhos, coberturas e tracejados de imagens de acordo com a temática pretendida ser avaliada, no entanto, Px3 vai mais além e acrescenta que os trabalhos de casa, avaliação de caderno e exercícios em sala de aulas no caderno tal como no quadro podem ser instrumentos avaliativos para analisar o desempenho dos alunos.

Na perspetiva do GPx, no que diz respeito aos desafios enfrentados pelos professores no processo de ensino-aprendizagem de crianças com TEA, frisa as que são mais frequentes são a não formação psicopedagógica dos próprios professores para lidar com crianças especiais em sala de aulas, usando metodologias não específicas para ensinar fazendo com que os professores se adaptem as necessidades dos alunos, e sob mesmo ponto de vista, GPy salienta que um dos maiores desafios deparados pelos professores no ensino-aprendizagem de crianças com TEA é o nível de assimilação do conteúdo e o tempo que os professor usa para ensinar o aluno autista. Sob ponto de vista, Px1 acrescenta que para além da gerência do tempo, existem desafios como a separação do aluno com TEA dos outros alunos em actividades de sala de aula, o uso de métodos adequados e a busca do materiais didáticos para facilitar o ensino dos alunos, e em contrapartida Px2 afirma que apresentam desafios no que diz respeito o ensino da escrita, a comunicação, a percepção do fenómeno, a falta de concentração destes alunos e agressividade que por vezes os alunos apresentam, nesta vertente Px3 acrescenta que o professor apresenta dificuldade de como agir diante a irritabilidade e a disciplina, o choro dos alunos com TEA em sala de aulas.

Em face disto, Py1 coadjuva que os professores se deparam com bastantes dificuldades, começando pela preocupação de ter um aluno com TEA em sua sala de aula pela responsabilidade que ela agrega e ter de se reinventar e se adequar ao aluno. No que se refere a eficácia das estratégias de ensino e avaliação aplicadas no trabalho com alunos com TEA, GPx, Px1, Px2, Px3 e Py1 convergem as ideias afirmando que a eficácia das estratégias de ensino e avaliação aplicadas no trabalho com alunos que apresentam TEA, é mediante as experiências que os professores têm feito aos alunos em actividades de sala de aula usando métodos e meios diferenciados e a que mais se adequam aos alunos, assim como o alcance dos objetivos pré-estabelecidos para a aula e a avaliação através do uso da linguagem verbal ou não verbal, portanto, serve como o indicador de eficácia da estratégia de

ensino e avaliação, isto é, quando as estratégias que o professor usa no ensino e avaliação ajuda ao aluno a desenvolver competências e alcançar os objectivos traçados e alinhados aos conteúdos e mostrar melhorias no aproveitamento pedagógico, é claramente considerado como uma estratégia de ensino e avaliação eficaz. Em contrapartida, o GPY afirma que falar da eficácia das estratégias de ensino e avaliação é complexo por não apresentar níveis de eficácia adequados para crianças com TEA, partindo da ideia de que a maior parte dos alunos com TEA apresentam domínio de um determinado conteúdo.

Conclusão

É o papel do professor no ensino e avaliação de alunos com TEA estimular as capacidades cognitivas, comunicativas, comportamentais, linguísticas, interativas e sociais através de estratégias de ensino e avaliação que estejam voltadas numa abordagem e aprendizagem mais significativa por via de atividades criativas, lúdicas, dinâmicas e inclusivas com recursos menos restritivos e ilustrativos ajustáveis às dificuldades e necessidades de cada aluno com TEA. Isto permite-nos afirmar, desde já, que o professor tem uma grande importância no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no atendimento das necessidades dos alunos com TEA, pois, o professor deve assumir uma postura de mediador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TEA, usando estratégias inovadoras que se adaptem às necessidades dos alunos, para além de reajustar e flexionar o currículo aos alunos.

Mas é preciso ter presente, que a eficácia destas estratégias no ensino e avaliação de alunos com TEA é fundamentada especialmente na formação do professor acerca dos TEA e a inclusão dos alunos, no uso adequado das estratégias de ensino e avaliação, nos métodos e instrumentos curricularmente adaptados aos alunos, com vista ao alcance dos objetivos delineados a matéria, subsidiando como um indicativo da sua eficácia, pese embora, não haja nas escolas uma escala de níveis de eficácia amplamente usado.

No entanto, os professores apresentam inúmeros desafios no ensino e avaliação de alunos com TEA, desafios estes que comprometem a qualidade de ensino e avaliação, até mesmo a inclusão dos mesmos em ambientes escolares. Os desafios mais frequentes envolvem a falta de formação sobre TEA e inclusão dos mesmos nas classes, a escolha de métodos e estratégias de ensino e avaliação adequados para os alunos, a falta de percepção acerca das especificidades dos alunos e as suas necessidades, o uso de currículo e ensino personalizado e inclusivo.

Referência bibliográfica

- Afonso, N. (2014). *Investigação naturalista em educação*. Portugal: Fundação Manuel Leão.
- American Psychiatric Association (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. (5 ed.). Porto Alegre :Artmed
- Caldeira, T. M. N. & Alves, O. S (2024). *Caminhos para a Inclusão: Desafios e Estratégias no atendimento a crianças com Autismo na Educação Infantil em Belém/PA*. *Revista Científica semana académica*, 12, 3-5
- Cardoso, M. R. C. A. (2011). *Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Básico: Perspectivas dos Professores*. Lisboa, Portugal: ISEC
- Coll, C.; Marchesi, A.; Palacios, J. & Colaboradores (2007). *Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. (2 ed.). Porto Alegre : Artmed
- Correia, L. M (2010). *Necessidades Educativas Especiais*. Porto: Porto Editora.
- Jesus, S. G. (2019). *Educação Psicomotora No Desenvolvimento De Crianças Com Autismo* . *Revista Diamantina Presença "Educação e Pesquisa"* 1, 78-87
- Lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro (Lei Base de Sistema Nacional de Educação)
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologias científicas*. (8ª ed.). S-P, Brasil: Atlas
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2018). *Técnicas de pesquisa*. (8ª ed.). S-P, Brasil: Atlas
- Martins, V.; Chirindza, D & Cuamba, H (2018). *Manual de Psicopedagogia: formação de professores do ensino Primário e Educação de Adultos*. Maputo-Moçambique: MEDH
- Movimento Educação para Todos (2022). *Manual de Apoio aos Professores em Exercícios em Matéria de Deficiência e Necessidades Educativas Especiais*. Moçambique: Save the Children
- Paula, C. S.; Filho, J. F. B & Teixeira, M. C. T. V. (2016). *Estudiantes de psicología concluyen la licenciatura con una buena formación en autismo?.* *Revista*
- Paula, J. B & Peixoto, M. F. (2019). *A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades*. *Revista, Psicologia: Teoria e Prática*, 26,35-42
- Roveda, A. A. O & Schmidt, C. (2025). *Avaliação de alunos com autismo na Educação Inclusiva: Estado da arte*. *Revista educação especial*.
- Silva, M. M.; Nunes, C. A. & Sobral, M. S. C. (2019). *A Inclusão Educacional de Alunos com Autismo: Desafios e Possibilidades*. *Revista, multidisciplinar e psicologia*,43,
- Silvério, N. M.; Santos, E. V.; Sewaybricker, E. C.; Santos, F. S. at all (2024). *Estratégias Educacionais para Crianças com Autismo: Revisão de Intervenções Eficazes*. *Revista Cuadernos de EDUCACION Y DESARROLLO*, 5, 7-9.
- Silvestre, H. C. & Araújo, J. F. (2012). *Metodologia para a investigação social*. Lisboa, Portugal: escolar editora

Vasconcelos, A. F.; Freires, K. C. P.; Gomes, L. E. S.; Carvalho, S. T. A & Pontes, R. J. S. (2023). *Implicações histórico-sociais do transtorno do espectro autista*. *Revista, boletim de conjunta*, 43.